

**“MINHA HISTÓRIA NÃO É MINHA HISTÓRIA. ELA É A HISTÓRIA DE UMA GERAÇÃO” – A TRAJETÓRIA DE UMA MILITANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

**"MY STORY IS NOT MY STORY. IT IS THE STORY OF A GENERATION "- THE TRAJECTORY OF A MILITANT OF SOCIAL MOVEMENTS**

Vivian da Veiga Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Apesar da abertura do campo historiográfico para novas temáticas e novas abordagens, construir uma história das mulheres ainda é um desafio e emerge como um campo marcado por silêncios e lacunas. Nesse sentido, podemos compreender a história oral como uma estratégia para acessar a memória de agentes históricos silenciados e negligenciados. O presente artigo tem como objetivo resgatar elementos referentes à importantes movimentos sociais ocorridos no Brasil a partir da década de 1960, utilizando como fio condutor os relatos de militância de Ana Maria Gomes, socióloga, docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, integrante do denominado Grupo de Osasco e de movimentos de resistência à ditadura militar e reconhecida pela sua expressiva atuação no movimento de mulheres.

**Palavras-chave:** história das mulheres; movimentos sociais; militância

**ABSTRACT:** Despite the opening historiographical field to new themes and new approaches, the history of women is still a challenge and appears as a field marked by silences and gaps. In this sense, we can understand oral history as a strategy to access a memory of silenced and neglected historical agents. This article aims to retrieve elements related to the important social movements that taken place in Brazil since the 1960s, using the reports of militancy of Ana Maria Gomes, a sociologist, professor at the Federal University of Mato Grosso do Sul, member of the denominated Group of Osasco and movements of resistance to the military dictatorship and recognized by her expressive action in the movement of women.

**Key words:** history of women; social movements; militancy

## *INTRODUÇÃO*

Embora seja inegável o avanço no que se refere à construção da história das mulheres, ainda contemplamos desafios a serem vencidos e lacunas a serem

---

<sup>1</sup> Socióloga, professora assistente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal (Corumbá/MS/Brasil), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade da Grande Dourados (Dourados/MS/Brasil), pesquisadora do Grupo de Estudos em Gênero, História e Interculturalidade-UFMGD e do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (NEG/UFMS).

preenchidas. Ainda visualizamos espaços e temáticas nos quais a participação das mulheres é silenciada, como por exemplo, os movimentos sociais, que entendemos como formas de organização coletiva de contestação e resistência, nos quais os indivíduos se engajam pela busca de mudanças sociais. Persiste a imagem da mulher atrelada unicamente ao movimento feminista. Mas, o que podemos dizer sobre a participação feminina em outros movimentos sociais?

O objetivo central do presente artigo é resgatar elementos referentes à importantes movimentos sociais ocorridos no Brasil a partir da década de 1960, utilizando como fio condutor os relatos de Ana Maria Gomes, socióloga, docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero/UFMS, reconhecida pelo seu pioneirismo nas discussões de gênero e sexualidade em Mato Grosso do Sul e pela expressiva atuação nos movimentos sociais e de mulheres. Foi integrante do denominado Grupo de Osasco (grupo de operários e de estudantes da cidade de Osasco/SP, que promoveu uma das poucas greves durante o período da ditadura militar) e de movimentos de resistência à ditadura militar.

A partir de sua trajetória de vida e de militância, é possível visualizarmos o processo de emergência e de desenvolvimento de três movimentos sociais fundamentais para o cenário brasileiro: movimento operário, movimento de resistência à ditadura militar e movimento de mulheres/movimento feminista. Seu relato possibilita também acessar a memória do papel desempenhado pelas mulheres em movimentos sociais que usualmente tem suas figuras silenciadas e relegadas ao esquecimento. Nesse artigo, serão utilizadas duas fontes orais: um depoimento dado por Ana Maria Gomes para a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e uma entrevista realizada em 2017.

### *HISTÓRIA DAS MULHERES: SILÊNCIOS, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA*

Para visualizarmos a possibilidade de construção de uma história das mulheres, se faz necessário remeter aos processos contemporâneos de auto-crítica e de reformulação metodológica da área da história, que, na visão de Burke (1992), resultou na expansão do universo abordado pelos historiadores, abarcando novas

temáticas, novos campos e novas abordagens; ou seja, uma nova história, uma nova forma de pensar e de escrever a história.

Para o autor (1992), a nova história é a história escrita como uma reação contra o paradigma tradicional, no qual o historiador passa a se ocupar de novas temáticas (para além da esfera política, incluindo toda a atividade humana), desloca sua atenção de cima para baixo (das grandes figuras históricas para as pessoas comuns), diversifica suas fontes (não se restringindo às fontes oficiais e buscando fontes extra-oficiais), pensando para além do factual e objetivo (pensando em termos interpretativos) e estabelecendo pontes com outras ciências humanas.

No entanto, ainda se coloca como um desafio constante situarmos as mulheres enquanto agentes históricos em um campo disciplinar tradicionalmente marcado pela predominância de vozes masculinas e oficiais daqueles que dominavam os espaços públicos. De acordo com Tedeschi (2018, p.3),

A história das mulheres se desenvolveu, dessa forma, aprisionada aos sólidos muros – e talvez intocáveis – do pensamento universal masculino, num território marcado pela exclusão das capacidades do humano. Como resultado, tal parcela da humanidade (mais da metade), miserável e confinada, não pôde sequer ser constituidora de sua própria memória. Esse longo processo histórico ficou então caracterizado, como reflexo direto das relações patriarcais de poder, pela desmemorização e descorporalização das mulheres.

De acordo com Michelle Perrot (1995), escrever uma história das mulheres está vinculada estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história enquanto agentes históricos e que possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. Segundo a autora (1995), até o século XIX, a figura da mulher é uma excepcionalidade no relato histórico, surgindo apenas as figuras destacadas por sua beleza, virtude, heroísmo ou atitude escandalosa.

No início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem. O silêncio é o comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência do riso barulhento e viril. (PERROT, 2005, p. 9)

Partindo dessa percepção, a autora (1995) aponta que a primeira tarefa, ao se pensar a história das mulheres, era tornar visível o que estava escondido e questionar as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos históricos. A historiografia tradicional é marcada pelo silêncio e pela ausência das mulheres, visto que elas aparecem menos no espaço público (território primordial da história tradicional), tendo sua existência confinada à esfera privada. Além disso, esses processos são aprofundados quando a narrativa feita por homens se acomoda com essa costumeira ausência e propaga estereótipos globalizantes. Logo, pensar em uma história das mulheres é lutar contra ausências, lacunas, silêncios, inexistências e resistências. De acordo com Tedeschi (2018, p.2),

O estatuto marginal atribuído às mulheres pela abordagem crítica da história, por um lado, e a consciência de que a história de mulheres começava a se desenhar – sobretudo no que se refere à ausência e ao silêncio que as envolvia –, por outro, levou o movimento feminista a lutar, desde a década de 1960, pela visibilidade das mulheres e pelo seu protagonismo na história. O silêncio e a ausência mencionada teriam, assim, de ser rompida através da militância no seio desse movimento, cujo intuito seria o de pôr em evidência o papel fundamental desempenhado pelas mulheres e as marcas por ele deixadas, as quais foram apagadas pela cultura androcêntrica no decurso dos acontecimentos históricos.

Ao partirmos de uma nova abordagem e de uma nova postura de pesquisa, é fundamental lançarmos um olhar diferenciado em relações às fontes históricas. Perrot (2005) aponta essa como uma das causas da ausência das mulheres na historiografia tradicional: as fontes tradicionais e oficiais (estatísticas, listas eleitorais, cartas comerciais, etc) eram produzidas em locais onde a presença das mulheres era regulada e restringida. Além disso, se pensarmos nas narrativas tradicionais, elas eram produto da dominação masculina, que, para a autora, atuava em dois níveis: nível dos próprios acontecimentos e nível da elaboração deles empreendida pelo relato.

Como forma de alcançar as vozes de agentes históricos silenciadas pela historiografia tradicional, podemos pensar a história oral como uma estratégia importante. Para Brum (2015), ao abordarmos a história oral, adentramos em uma zona de indefinições, composta por diversas vertentes disciplinares (história,

antropologia, sociologia), que colaboram para sua constituição. Por conta disso, a história oral é um campo teórico-metodológico em constante renovação, que permite dar voz ao agente histórico, entender sua história a partir dos significados que o mesmo atribui a sua trajetória, assim como retira-los dos silenciamentos impostos pela historiografia tradicional.

Para Tedeschi (2014, p.35),

Quem narra, presencia o relato de suas vidas, e faz em uma dupla qualidade de indivíduos singulares e de sujeitos coletivos. Cada uma delas é única, mas no caminho da construção de sua subjetividade têm sofrido a influência familiar, social, cultural, socioeconômica do meio em que viveram ou vivem. Como sujeitos singulares, encarnam de maneira única e irrepetível valores, modas, costumes, normas, mitos de ordem familiar, grupal, social, que as incluem no que fazem dentro de um contexto social que não é estático, pelo contrário, está continuamente afetado por contradições, rivalidade e tensões de seus membros.

Com isso, podemos perceber que o relato sobre a trajetória de vida de Ana Maria Gomes nos permite acessar as práticas e o cotidiano de inúmeras mulheres da década de 1960, que vivenciaram as mesmas experiências e que se viram impelidas pelo contexto social-histórico a buscarem formas de modificarem suas realidades. Não se trata apenas de memória individual, mas sim de memória viva como fonte histórica para alcançar o imaginário social<sup>2</sup> desse contexto social-histórico. Ao buscarmos relatos de militantes como Ana Gomes, conseguimos superar os discursos da historiografia tradicional e conseguimos alcançar o cotidiano desse período, onde de fato se desenrola a vida social.

Nesse sentido, é fundamental compreendermos a noção de experiência como algo para além da esfera individual. Para Kofes & Piscitelli (1997, p. 345), a experiência

[...] pode ser comunicada porque não implicaria apenas em ações e sentimentos, mas também em reflexões sobre ações e sentimentos. Operando com esta noção de experiência, poderíamos capturar as narrativas de sujeitos sobre suas experiências e incorporar suas

---

<sup>2</sup> Para Castoriadis (1982), imaginário social tem como função a auto-criação de uma determinada sociedade, bem como a definição de seu modo de viver, relações humanas, significações, etc. Já as significações imaginárias sociais atribuem sentido às coisas da realidade social.

interpretações, apontar junções e disjunções temporais, mudanças e continuidades, tradições e rupturas.

Nesse sentido, a história oral enquanto campo metodológico permite conhecermos narrativas que são ignoradas pela historiografia tradicional, assim como conhecermos os significados que mulheres como Ana Gomes atribuem às suas ações e às suas trajetórias. Por serem relegadas ao espaço privado e excluídas do espaço público, as mulheres (com raras exceções) não são vistas como agentes históricos pela historiografia tradicional e, segundo Perrot (1995), essa historiografia silencia e relega ao esquecimento as figuras femininas. Nesse sentido,

[...] escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. [...]. Também significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível. (PERROT, 1995, p.9)

Além de preencher silêncios e lacunas, a história oral permite visualizar como as relações de gênero se desenrolam em determinada realidade social. Retomando a categoria elaborada por Scott (1990, p. 86), entendemos gênero como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. [...]”. Nesse sentido, a representação e os valores referentes ao feminino são construídos em uma relação diametralmente oposta à representação e aos valores referentes ao masculino, de maneira a expressar relações desiguais de poder.

Visto que as relações de gênero delimitam as posições do feminino e do masculino dentro de uma sociedade, será um operador de diferenças e um elemento organizador das relações sociais, marcando experiências e memórias. No entanto, Kofes & Piscitelli (1997) nos lembram que não se trata de afirmar uma especificidade da memória feminina, ancorada na biologia ou nos papéis sexuais, mas sim de afirmar que gênero, enquanto categoria relacional, irá interferir nas memórias e nas narrativas. Para Tedeschi (2014), as práticas socioculturais presentes nas

operações que constituem a memória estão imbricadas nas relações masculinas/femininas reais. Logo, a memória será marcada e diversificada pelos itinerários individuais.

Nesse sentido, podemos compreender a história oral como uma estratégia importante para reconstruirmos aquilo que Tedeschi (2018, p. 3-4) denomina de “história menor”:

A possibilidade de uma outra história, calcada na utilização de uma língua “menor”, passa a ser pensada, no entanto, a partir do que comentam Gilles DELEUZE e Félix GUATTARI (2014): “uma literatura [no nosso caso, uma história] menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior”.

É nessa impossibilidade de narrar, de não se deter o poder da narrativa, que reside a primeira característica essencial das línguas ou do termo “literaturas menores” (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 38): há a impossibilidade de se falar na língua daquele que oprime, ou de se justificar uma narrativa histórica das relações entre os sexos a partir do olhar opressor; mas também há a impossibilidade de não se falar nesta narrativa, pelo próprio risco da censura, do não poder contar. É o mesmo espaço que a História destinou às mulheres: a cozinha, o quarto, os cantos, as cartas, os bordados, as frestas, as notas de rodapé. Esse foi, infelizmente, um requisito para que a história funcionasse através da memória e das narrativas tradicionais do patriarcado. Afinal, uma história fora da história tem relação direta com a perda da memória das mulheres e com a sua ausência no cenário humano.

Aqui, a tentativa é subverter a lógica; ou seja, são essas pequenas notas, esses fragmentos de sentimento que, num dizer unísono, são capazes de suplantar a grande narrativa. Age-se, assim, sob suas falhas; questionam-se seus remendos num trabalho de Ariadne, que tece o fio que conduz à saída do labirinto; ou, como Franz KAFKA (2001), que busca, através de seus personagens, construir saídas através das frestas, dos sótãos, das brechas, dos buracos, das passagens, das tocas, para fazer existir um mundo que possa ser diferente daquele que ele não consegue suportar.

Partindo das reflexões teóricas aqui trazidas, entendemos que a história de vida de Ana Gomes é extremamente relevante, pois nos permite acessar o cotidiano, as práticas e os discursos do contexto sócio-cultural que ela vivenciou e partilhar de sua experiência nos movimentos sociais e dos significados que atribui a cada um deles. A partir dos relatos, é possível acessar a memória dos movimentos sociais, assim como capturar elementos para a história das mulheres, preenchendo lacunas e silêncios.

### *MOVIMENTOS SOCIAIS E A MILITÂNCIA DE ANA MARIA GOMES*

A partir do relato oral, conseguimos acessar certa realidade social, partilhar do imaginário social de um período, para além das significações individuais. Em sua fala, Ana Gomes diz que a sua história não é só sua, que é a história de uma geração. Nascida em Tatuí (interior de São Paulo) e criada em Osasco, sua história familiar repete a de milhares de brasileiros: os pais eram trabalhadores rurais que se veem obrigados a migrarem para o trabalho nas indústrias e, aos 7 anos de idade, partilhava com a mãe as tarefas domésticas, cuidando dos irmãos mais novos.

Aos 14 anos, Ana Gomes começa a trabalhar na fábrica de lâmpadas OSRAN e, é justamente nesse local, que ela começa seu engajamento nos movimentos sociais: “Nessa fábrica é que eu começo a ter consciência das desigualdades [...] apesar que, em uma família pobre, você já sente que alguma coisa está errada, que as coisas não são muito justas [...]”. Da mesma forma que muitos jovens de Osasco nesse período, trabalhava durante o dia e estudava à noite.

Compreendemos os movimentos sociais como organizações coletivas, de caráter contínuo e organizado, que visam mudanças sociais ou a superação de uma ordem social vigente. Podemos pensar a década de 1960 como a época de emergência e de fortalecimento de importantes movimentos sociais que alcançaram conquistas de direitos fundamentais para diversos grupos sociais.

Utilizando a trajetória de vida de Ana Gomes como fio condutor, podemos acompanhar o surgimento de importantes movimentos sociais no Brasil, a partir da década de 1960. Ela entende que o seu engajamento nos movimentos sociais é uma reação aos desafios desse período: “Acho importante situar quem nós somos, histórica e socialmente. Por que as nossas opções são fruto disso, e as nossas reações e os nossos engajamentos, são fruto disso [...]”. Como poderemos observar em seus relatos, a trajetória de vida de Ana Gomes a leva de um movimento social a outro; o engajamento dela em cada um dos movimentos sociais é resultado de sua vivência e das demandas que enxerga em cada contexto social-histórico vivenciado.

Conforme dito anteriormente, entre os anos de 1966-1967, ela já vivenciava a rotina de trabalho em uma fábrica em Osasco (importante polo industrial do estado

de São Paulo), frequentando a escola no período noturno. Nesse período iniciou a militância no movimento estudantil e também no movimento operário (ainda predominantemente masculino, com pouquíssimas mulheres envolvidas). Juntamente com seu irmão, Osni Geraldo Gomes, passou a participar das discussões e dos trabalhos de conscientização.

Nesse momento, já havia o descontentamento dos jovens, tanto pelas condições trabalhistas nas fábricas quanto pelas medidas repressivas por parte do regime militar instaurado em 1964. Articulações e reuniões foram iniciadas, culminando na formação de um grupo, ao qual ela e seu irmão irão se unir. Esse grupo, mais tarde, foi chamado Grupo de Osasco.

O ano de 1968 foi marcado por diversas mobilizações sociais em diversas partes do mundo, caracterizando-se como um ano emblemático para os movimentos sociais. Segundo Castoriadis (2006), o ano de 1968 é o momento em que o imaginário social vigente e suas respectivas significações imaginárias sociais são contestadas. No Brasil, temos também diversas manifestações e, como contraponto, a promulgação do AI-5 e a intensificação das medidas repressivas e de censura.

Ana Gomes participou da organização e da eclosão da greve de Osasco no ano de 1968, que pretendia construir uma ampla mobilização, para além de reivindicações salariais, abarcando também a situação política do país. Com relação a esse grupo, um elemento da fala da entrevistada é importante para discussão. Ela o caracteriza como movimento operário e não movimento sindical, marcando a diferença entre essas duas formas de organização. Podemos entender o primeiro como uma organização coletiva e autônoma dos trabalhadores e o segundo como uma organização burocratizada e hierarquizada.

Ana Gomes nos lembra que após o golpe militar, houve intervenção nos sindicatos e, em virtude disso, os operários de Osasco começaram a organizar comissões clandestinas para apresentarem uma chapa candidata às eleições no sindicato dos metalúrgicos (nesse contexto, o sindicalismo estava atrelado ao Estado, como forma de evitar contestação). Assim, a ideia era fazer oposição à ditadura militar a partir do sindicato e não o sindicato como um fim em si mesmo.

Sobre a problemática do movimento operário, Castoriadis (2006) elabora uma crítica ao processo de burocratização dessa forma de organização coletiva. Para o autor, o movimento operário se degenera ao burocratizar-se e realizar esse processo integrando-se na ordem estabelecida. Ou seja, o movimento operário adota a estrutura e as práticas que eram a base de sua contestação ao sistema capitalista. Ainda para o autor, os movimentos sociais têm como ideias centrais a autonomia e a autogestão, ou seja, dirigir-se a si mesmos, sob suas próprias leis, conscientes de si mesmos e construindo suas próprias significações imaginárias sociais. No entanto, ao se integrarem ao imaginário social vigente e adotar as mesmas significações imaginárias sociais, eles perdem suas potencialidades e as razões de suas existências.

Sobre o projeto revolucionário, Castoriadis (2006) conclui:

A revolução significa a entrada da parte essencial da comunidade numa fase de atividade política, ou seja, instituinte. O imaginário social instituinte se põe a trabalhar e volta-se explicitamente para a transformação das instituições existentes. Visto que topa com a resistência das antigas instituições, portanto também do poder estabelecido, é compreensível que se volte para as instituições do poder, ou seja, para as instituições políticas em sentido estrito. Faz parte da natureza das coisas que esse despertar do imaginário social instituinte ponha em questão uma grande quantidade de outras dimensões, formalmente instituídas ou não, da vida social. (CASTORIADIS, 2006, 173)

Esse movimento de instituição, criação e autonomia é perceptível no denominado Grupo de Osasco, pois ao perceberem que a luta a partir do sindicato não era possível, eles criaram novas formas coletivas de resistência ao regime militar.

Durante a entrevista, Ana Gomes destaca a questão de gênero dentro desse movimento. Embora tenha participado ativamente da greve, a fábrica onde ela trabalhava não participou diretamente da greve, por ser composta majoritariamente por mulheres. Ela foi a única mulher a compor o Grupo de Osasco e uma das poucas a participar ativamente do movimento operário nesse contexto. Sobre o engajamento de mulheres nesse movimento ela relata:

**“MINHA HISTÓRIA NÃO É MINHA HISTÓRIA. ELA É A HISTÓRIA DE UMA GERAÇÃO” – A TRAJETÓRIA DE UMA MILITANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Vivian da Veiga Silva

Temos que lembrar que, nessa época, a mulher era mulher, só! Ela mal conseguia sair para trabalhar fora sem autorização do marido ou pai. Além de que eram, em geral, mal vistas. A fábrica onde trabalhava era só de mulheres (menos a chefia, é claro), mas morriam de medo de greve, de sindicato, etc. Acho que isso dá uma ideia de como era a situação.

Ela estava no sindicato no momento em que esse foi invadido, sendo uma das 03 mulheres presas nessa ação. Elas ficaram detidas durante um dia no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e foram liberadas com o seguinte conselho: “Vocês são mulheres, vocês são jovens e vocês querem casar, como todas as mulheres. E se vocês ficam aí frequentando sindicato e no meio dessa gente, vocês vão acabar não casando”.

Nesse relato, é possível perceber que homens e mulheres eram tratados de maneira diferente pela repressão. Para Ana Gomes, a ditadura militar não era apenas um regime de repressão, mas também a reafirmação de valores conservadores. Afinal, o lugar das mulheres é no lar, desempenhando o papel de esposa e mãe, e não articulando greves e movimentos de oposição. Essas mulheres estavam nos espaços errados e precisavam ser corrigidas antes que fossem irremediavelmente contaminadas.

Aqui podemos recorrer às contribuições de Rago (1985) sobre como a representação social da mulher como esposa/mãe/dona-de-casa é utilizada como instrumento disciplinador e de deslocamento da mulher da esfera pública para a privada. Nos discursos masculinos e normativos dos poderes públicos, dos industriais e do movimento operário, o lugar do trabalho, sendo a antítese do lar, é o local onde a mulher frágil e indefesa corre o risco de corromper-se física e espiritualmente. Além disso, a mulher está deslocada de seu lugar predeterminado, visto que ela é a guardiã do lar, responsável pela reprodução e cuidado com a prole.

[...] À mulher foi designado o triste destino de “vigilante do lar” e de “mãe de família”. Todos os comportamentos que se produziram fora destes parâmetros recobriram-se do estigma da culpabilidade e da imoralidade. Entre as figuras da Santa Maria e da Eva, nenhum espaço foi permitido à mulher, a despeito de todas as solicitações que o mundo industrial lançava sobre ela. Peça fundamental na empresa de moralização do trabalhador, o modelo rígido e ascético

**“MINHA HISTÓRIA NÃO É MINHA HISTÓRIA. ELA É A HISTÓRIA DE UMA GERAÇÃO” – A TRAJETÓRIA DE UMA MILITANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Vivian da Veiga Silva

da esposa-mãe-dona-de-casa deveria atuar no sentido de introduzir o sentimento de intimidade do lar, recolhendo todos os seus membros, nos momentos de não-trabalho, para a privacidade da estreita via doméstica. (RAGO, 1985, 205)

Aqui, nas palavras de Rago, percebemos como se apresenta o discurso que determina que a identidade possível para a mulher é a de esposa, sendo seu destino possível as tarefas domésticas. Visualizamos a propagação desse discurso e a demarcação desses espaços tanto na fala do agente da DOPS quanto no fato de que a fábrica OSRAN, pelo expressivo contingente de trabalhadoras, não foi envolvido na greve. A participação de Ana Gomes nesse movimento se deu por seu engajamento pessoal.

A greve durou poucos dias e foi brutalmente reprimida: a cidade foi tomada pelo exército, vários integrantes foram presos e outros passaram a ser perseguidos. A partir desse episódio, o irmão de Ana Gomes entra para a clandestinidade (ele havia sido um dos líderes da greve) e ela fica no que chamou de semi-clandestinidade, com limitações para circular, além de ser demitida da fábrica onde trabalhava.

Com a repressão sofrida, os movimentos operário e estudantis acabam se desarticulando completamente, os locais de reunião passam a ser vigiados e todos acabam na clandestinidade. Com isso, coloca-se a necessidade de buscar novas formas de enfrentamento à ditadura e alguns integrantes do Grupo de Osasco (incluindo Ana Gomes) irão fazer parte da fundação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que além de remanescentes desse grupo, também contou com dissidentes da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) e remanescentes da MMR. Para essa e para outras organizações de resistência à ditadura, a única via possível, nesse momento, para derrubá-la, era a de ações armadas.

Sobre esses movimentos, Wolf (2015, p. 977) nos diz:

Resistência pode ser um conceito muito amplo. Normalmente pensada em oposição a “poder”, resistência pode ser qualquer tipo de ação individual ou coletiva realizada contra um governo, uma instituição, uma lei, uma ação repressiva. Para Foucault, toda relação de poder traz consigo uma ação de resistência, que lhe é

**“MINHA HISTÓRIA NÃO É MINHA HISTÓRIA. ELA É A HISTÓRIA DE UMA GERAÇÃO” – A TRAJETÓRIA DE UMA MILITANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Vivian da Veiga Silva

mesmo intrínseca e inseparável, destacando o caráter relacional de toda relação de poder.

Ainda de acordo com a autora, podemos encontrar dois tipos de resistência às ditaduras que aconteceram no Cone Sul nos anos 1960-1980: a resistência organizada por grupos políticos (ligados à esquerda ou à nova esquerda, inspirados na revolução chinesa ou cubana, armados ou não) e a resistência a partir de movimentos que focaram seu discurso e sua ação na noção de direitos humanos.

No entanto, embora os movimentos de resistência à ditadura buscassem a emancipação social e a superação da ordem vigente, eles mantinham valores patriarcais e heteronormativos, conforme nos indica Wolf (2011, p. 33):

Nas memórias de muitas mulheres participantes da luta de esquerda armada no Cone Sul nos finais da década de 1960 e início dos anos 1970 é muito claro o sentimento de amargura em relação às organizações das quais elas faziam parte. As acusações são muitas, e fortes: as mulheres raramente chegavam a postos de direção, tinham que estar a todo instante provando que eram confiáveis, corajosas e fortes, e elas tinham que se desligar de tudo o que representava sua feminilidade para serem levadas a sério. Além disso, a elas eram costumeiramente delegadas tarefas consideradas como secundárias.

Visualizamos esses elementos da desigualdade de gênero nos relatos de Ana Gomes:

[...] as mulheres eram tratadas como sempre foram tratadas: militantes de segunda categoria. Se quer percebíamos a desigualdade, pois não tínhamos consciência dela. O respeito você adquiria quando se igualava aos homens nas tarefas masculinas: ações armadas. A maioria das direções eram homens [...] agora, eu era das camadas mais pobres e acho que nesse caso era pior. Acho não, era realidade. Você era sempre considerada mulher de alguém, enquanto as intelectuais de classe média eram mais respeitadas.

Com isso, é possível perceber que, mesmo as organizações coletivas que buscam autonomia e mudanças sociais contundentes acabam reproduzindo práticas e discursos referentes às relações desiguais de gênero e de classe social.

Elemento importante para a discussão, muitas vezes negligenciado nos debates sobre esses movimentos são as relações afetivas e familiares estabelecidas pelos militantes. Um primeiro elemento que Ana Gomes indica foi a “onda” de

casamentos que se iniciaram com o endurecimento da repressão e a organização dos movimentos de resistência, como estratégia para a montagem de aparelhos que serviam de lugar para reunião dos membros. Ela se casou em 1968 com Roque Aparecido da Silva (também pertencente ao Grupo de Osasco e à VPR), de quem se divorciou durante o exílio, fato que se repete com muitos militantes.

Um segundo ponto trazido por Ana Gomes é a postura de seus pais frente ao seu engajamento e de seu irmão na luta armada. Eles poderiam simplesmente romper com seus filhos, mas eles escolhem a resistência e passam a prestar apoio e suporte aos militantes da VPR, inclusive morando em um dos aparelhos da organização.

Por fim, um terceiro elemento trazido por ela é a questão das crianças que vivenciam o cotidiano da repressão. Seus irmãos mais novos passam parte da infância vivendo em um aparelho e convivem com toda a movimentação, com pessoas que simplesmente somem de seu convívio diante da prisão e da tortura. Ana Gomes considera tudo isso marcante na vida de seus irmãos.

A partir desses relatos trazidos, é possível vislumbrarmos as dinâmicas familiares sendo construídas, reconstruídas e ressignificadas diante de um cenário de repressão.

Em 1969 acontece a fusão da VPR com o Comando de Libertação Nacional (Colina), quando o movimento passa a se denominar Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Em janeiro de 1970, militando então nessa organização, Ana Gomes é presa, assim como outros militantes e toda a direção regional da VAR-Palmares, pela Operação Bandeirantes (OBAN), mais tarde chamada DOI-CODI. Foi submetida a torturas físicas e psicológicas.

No que se refere a esse aspecto, Ana Gomes não dá detalhes em seus depoimentos e se coloca de maneira crítica sobre a repetição de relatos que detalham as torturas sofridas durante as prisões. Para ela, durante a ditadura e logo após o término desta, era fundamental relatar todos os fatos em minúcias como forma de denúncia contra o regime e de detalhar as técnicas de tortura. Naquele momento, urgia que o mundo e o próprio Brasil conhecesse o que acontecia nos porões da ditadura e isto, ao longo do tempo, foi amplamente exposto em livros,

filmes e depoimentos. Ela considera que a realidade brasileira hoje necessita de mais do que relatos factuais: necessita de análises aprofundadas sobre aquele período, a partir do conhecimento que foi possível acumular tantos anos depois. Reproduzir esses relatos, exaustivamente, no nosso contexto, implica na perda do significado e do impacto desses fatos, assim como acaba servindo para satisfazer a curiosidade mórbida de uma sociedade sedenta por imagens de violência.

Ao chegar ao DOPS (onde se dava a prisão oficial, visto que na Operação Bandeirantes a prisão não era oficial) foi interrogada pelo mesmo investigador responsável por interrogá-la quando da prisão de seu marido, no ano anterior (interrogatório que não resultou em sua prisão). Mais uma vez, o machismo vigente na sociedade se mostra. O investigador se recusa a acreditar que “aquela menina” o havia enganado e escapado da prisão em outra oportunidade. Para Ana Gomes, nesse ponto, surge a questão do lugar social onde se colocam as mulheres e como essa ideia desfavorável pode ser revertida de maneira favorável, uma vez que essa ideia evitou novas torturas.

Ana Gomes ficou presa no Presídio Tiradentes até setembro de 1970. Quando foi liberada, tinha a obrigatoriedade de comparecer à Auditoria Militar uma vez por semana. Após 03 dias em liberdade, foi presa novamente. Após mais 03 dias de prisão e interrogatório, ela foi solta, porém passou a ser vigiada 24 horas por dia e com o perigo de ser presa novamente. A organização ao qual está vinculada decide que o melhor é que ela saia do país, pois a repressão da ditadura tinha deixado quase todas as organizações clandestinas de resistência extremamente enfraquecidas.

Ela vai para Santiago, no Chile, onde permanece de outubro de 1970 até setembro de 1973, quando acontece o golpe militar que derruba o presidente Salvador Allende. Esse acontecimento irá demonstrar como os governos latino-americanos estavam sintonizados e em ampla comunicação para repressão de dissidentes políticos, pois segue-se uma forte repressão aos estrangeiros no país, resultando em prisões e desaparecimento de companheiros que viviam lá.

A cumplicidade dos governos latino-americanos para repressão de dissidentes políticos é demonstrada nos relatos de seu irmão, Osni Geraldo Gomes,

que também estava no Chile no mesmo período. Ele é preso e levado para o Estádio Nacional, local convertido em centro de detenção e tortura durante o golpe militar. Foi barbaramente torturado por militares brasileiros, no que seria uma aula de tortura, demonstrando técnicas e mecanismos de tortura para os militares chilenos. A repressão do regime militar brasileiro não atuou apenas aqui, lançando seus tentáculos aos países vizinhos, perseguindo os dissidentes políticos em solo estrangeiro e exportando as técnicas e as máquinas utilizadas para tortura.

Dez dias após o golpe e contando com a solidariedade de amigos chilenos para escondê-la, Ana Gomes consegue entrar na embaixada da Argentina com um carabineiro atirando atrás, pois o refúgio em embaixadas era a única forma de escapar da repressão dos militares chilenos. Na Argentina, juntamente com um grupo de refugiados latino americanos, ela passa 01 mês presa em um hotel. Ela analisa que existia uma política articulada dos países latino-americanos de não aceitarem refugiados políticos e que a ideia era que eles fossem banidos para longe, nesse caso, para a Europa. Um *habeas corpus* os liberam, desde que assinassem um papel com 03 possibilidades de países para onde aceitariam ir. Grande parte dos brasileiros desse grupo escolheu a Suécia, assim como Ana Gomes. Posteriormente, por mera coincidência, seu irmão também acaba partindo para o exílio no mesmo país.

Na Suécia, ela entra em contato com o movimento de mulheres e com o movimento feminista. Entre os anos de 1975 e 1976, juntamente com outra refugiada, fundam o Grupo de Mulheres Brasileiras de Estocolmo, iniciando as discussões nas temáticas com as quais irá trabalhar ativamente quando retorna ao Brasil. O grupo permanece ativo até o ano de 1976, quando ela vai para Paris, onde realiza sua formação universitária, trabalhando em diversos lugares e em várias funções comuns entre estrangeiros, como arrumadeira e cuidadora de crianças.

Ana Gomes indica que nesse contexto começavam a surgir vários grupos de mulheres e feministas no Brasil. A década de 1960, com suas rebeliões, tinha trazido novos comportamentos, apesar de toda a repressão imposta pela ditadura militar. Destaca ainda a ampla participação de mulheres em grandes movimentações a partir de 1975, inclusive nos Comitês Brasileiros pela Anistia.

Sobre o início de sua trajetória no movimento de mulheres e no movimento feminista no Brasil, Ana Gomes conta:

Após a anistia, acabou o grupo de mulheres brasileiras de Paris e fiquei cuidando do meu mestrado e do doutorado, que foi sobre a mulher trabalhadora no Brasil. Ao voltar definitivamente para o Brasil, procurei algumas companheiras, mas como estava grávida e depois com bebê, entre idas e vindas para Moçambique por mais ou menos 04 anos (meu companheiro trabalhava lá), não deu para ter nenhuma atuação mais concreta.

Em seguida venho para o Mato Grosso do Sul e volto a pesquisar sobre violência contra a mulher, (um projeto nacional do qual Heleieth Saffioti me convidou para participar, o primeiro sobre violência doméstica contra mulheres no Brasil) e faço a pesquisa sobre os movimentos de mulheres em MS. Entro em contato com o Movimento Popular de Mulheres e começo a trabalhar com elas.

Sou convidada para participar do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher em MS. Fundamos o Fórum de Mulheres em MS, que organizou a ida para o Encontro Nacional de Mulheres, para a preparação da ida à Pequim das representantes brasileiras. Nesse encontro nacional, reencontro antigas companheiras feministas de Paris, que me convidam para fazer parte da Rede Saúde. Essa foi a forma como me conectei com o movimento nacional. A partir daí, retomo minha militância no movimento feminista.

No ano de 1998, Ana Gomes criou o Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (NEG/UFMS), em parceria, em seu início, com professoras da Escola de Saúde Pública do estado de Mato Grosso do Sul. A partir de 2000, com a criação do curso de Ciências Sociais nessa universidade, o NEG/UFMS tem um impulso em suas atividades, com a adesão de alunas e alunos ao projeto. O objetivo do núcleo é aglutinar pesquisadoras que trabalhem com a problemática da mulher, dentro da perspectiva teórica das relações sociais de gênero, promovendo atividades de ensino, pesquisa, extensão e a difusão de conhecimento sobre a realidade da mulher, notadamente aquela do contexto do Estado de Mato Grosso do Sul.

A UFMS, até então, não tinha familiaridade com estudos que tivessem como referencial teórico as relações sociais de gênero e temas que tivessem como centro a condição da mulher em nossa sociedade e seus direitos. O NEG/UFMS, desde o início de sua existência, não se restringiu apenas a produção acadêmica, atuando e sendo reconhecido também como uma entidade do movimento feminista,

engajado nas lutas sociais da região. Outro ponto importante, ressaltado por Ana Maria, é o fato de que o NEG/UFMS (assim como sua atuação como militante) tem total autonomia em relação a partidos ou tendências políticas institucionalizadas enquanto entidade do movimento feminista. Ela interpreta que essa prática permite liberdade e autonomia para críticas e oposições.

Diante dessa postura, como última questão, perguntamos à Ana Gomes, enquanto militante com longa trajetória, como ela avalia o cenário atual dos movimentos sociais no Brasil. No momento, ela finalizou um artigo que deve ser publicado em breve, pois acredita que é uma questão que demanda uma análise crítica e mais detalhada. Mas, de maneira resumida, ela avalia que os movimentos sociais se atrelaram demasiadamente ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT), impedindo que fizessem críticas construtivas e construíssem uma pauta independente.

Essa crítica elaborada por Ana Gomes nos remete às questões elaboradas por Castoriadis, de que os movimentos sociais são formas de organização coletiva que buscam a autonomia e a mudança do imaginário social vigente. Nesse sentido, o que podemos dizer da cooptação dos movimentos sociais pelas estruturas estatais e partidárias? Como podemos ainda pensar esses movimentos sociais, atrelados a essas estruturas, como formas de organização coletiva que buscam a mudança social, a crítica e a resistência?

Segundo Bauman (2016), esses elementos são muito sintomáticos do período que vivenciamos, que ele denomina de estado de interregno: um estado em que as formas antigas como aprendemos a lidar com as problemáticas da realidade social não funcionam mais e que não conseguimos novas formas de lidar com essas questões. Para o autor, as instituições de ação coletiva, assim como as formas de organizar a vida social e as redes de sociabilidades que foram construídas em períodos anteriores, não funcionam mais. Porém, as novas formas que deveriam substituir as antigas estão longe de serem definidas. As incertezas da denominada modernidade líquida (em que tudo fluído e perde a forma rapidamente) nos impede de criar ações e respostas consistentes adequadas aos desafios da contemporaneidade.

Nesse sentido, é fundamental conhecermos a memória dos movimentos sociais no Brasil. Porém, como nos alertam Ana Gomes e os autores acima citados, é fundamental fazermos um balanço crítico sobre a atual conjuntura desses movimentos e elaborarmos novas formas de existência para os mesmos, para que nos ajudem a lidar com os desafios da contemporaneidade e retornem o papel crítico e autônomo que tiveram nos momentos de seus respectivos surgimentos.

### *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

Partindo da história oral como estratégia para acessar a memória de agentes históricos negligenciados pela historiografia tradicional, foi possível acessar importantes elementos da história recente do Brasil a partir dos relatos de uma mulher militante que se engajou em lutas sociais, vivenciou a repressão e as dinâmicas dos movimentos sociais que buscaram a emancipação social

Ao nos debruçarmos sobre os relatos e a trajetória de militância de Ana Maria Gomes, foi possível acessar a memória viva do período do regime militar, visualizar as dinâmicas desse regime e como se deu o processo de resistência e oposição. Também nos permitiu conhecer, pelo olhar de quem vivenciou, a emergência dos movimentos sociais e os significados atribuídos a essas ações por aqueles que as executaram; perceber que os movimentos sociais somente são autônomos quando emergem das demandas, dos anseios e das inquietações de uma coletividade.

A sua narrativa também nos mostrou como, embora dotados de criticidade, os movimentos sociais também reproduzem relações desiguais de gênero. Ana Gomes também nos lançou um alerta sobre a necessidade dos movimentos sociais repensarem seus papéis sociais frente aos desafios da contemporaneidade.

Por fim, a partir da história dela, foi possível conhecermos elementos da história de toda uma geração que transformou um cenário de repressão em contestação, resistência e luta social.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt; MAURO, Ezio. **Babel** – Entre a incerteza e a esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BRUM, Rosemary Fritsch. História oral e as mulheres. In: COLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015, p. 340-347.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 7-37.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Uma sociedade à deriva**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de “histórias femininas, memórias e experiências”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 8/9, 1997. 343-354.

PERROT, Michele. Escrever uma história das mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 9, 1995. p. 9-28.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. **Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino**. 2012. 592 p. Tese da área de História Social – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 16, julho-dezembro de 1990, p. 5-22.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

\_\_\_\_\_. Por uma história menor – uma análise deleuziana sobre a história das mulheres. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 26(1), janeiro-abril/2018.

WOLF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio. In: PEDRO, Joana *et al.* **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2011, p. 31-48.

\_\_\_\_\_. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 23, março/2015, p. 975-989.

## Fontes Orais

GOMES, Ana Maria. [69 anos]. [julho de 2017]. Entrevistadora: Vivian da Veiga Silva. Campo Grande, MS. 06 de julho de 2017.

GOMES, Ana Maria. Depoimentos de mulheres vítimas da ditadura – Parte 2. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LyhDZFZ2eAQ>. Acessado em: 10 de maio de 2016.

**“MINHA HISTÓRIA NÃO É MINHA HISTÓRIA. ELA É A HISTÓRIA DE UMA GERAÇÃO” – A TRAJETÓRIA  
DE UMA MILITANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**  
Vivian da Veiga Silva

*Artigo recebido em 22/04/2018*

*Artigo aceito em 18/06/2018*